



O QUE, COMO E POR QUE PRESERVAR? O PRINCÍPIO DOS TOMBAMENTOS EM PETRÓPOLIS E A REFUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL

MAURICIO, Marjorie

Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social-UNIRIO

mmarjorie@ymail.com

286

RESUMO

O que podemos considerar patrimônio? Como cuidar daquilo que patrimonializamos? Qual é a necessidade de considerar determinado bem cultural como patrimônio? Essas perguntas já foram feitas inúmeras vezes e comportam as mais diferentes respostas, variando de acordo com a época, a localidade e o contexto social em geral. Na presente comunicação tentaremos entender como se deu os tombamentos na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, e como a cidade se configurou em Cidade Imperial. Através da análise do processo de tombamento 662-T-62 de 1964, referente ao Conjunto Urbano Paisagístico constituído pela Avenida Koeler e de revisão de literatura buscaremos entender melhor a patrimonialização que ocorreu na cidade e, além disso, pretendemos iniciar uma discussão sobre a possibilidade de refuncionalização do patrimônio material, pensando especificamente no caso petropolitano.

Palavras chave: Patrimônio. Petrópolis. Uso Compatível.

ABSTRACT

What can be considered cultural or historical heritage? How do we protect which we give such a status? What is the necessity of considering a cultural good heritage? These questions have been asked countless times and supports different answers, changing based on time, place and social context. In the present communication we'll try to understand how the institutional process of naming and protecting historical and cultural heritage took place in the city of Petrópolis, in the state of Rio de Janeiro, and how the town was designed as "Imperial City". Through analysis of an official document, 662-T-62, dated from 1964, regarding the urban landscape ensemble of Avenue Koeler and review of the existing literature we intent to better understand the assortment of historical heritage that occurred in the city and, beyond that, we pretend to initiate a discussion concerning the possibility of giving new uses to this legacy, thinking specifically in the case of Petrópolis.

Key-words: Heritage. Petrópolis. Compatible use.

APRESENTAÇÃO

O município de Petrópolis, localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, possui 295.917 habitantes, segundo o censo de 2010, e sua economia se concentra principalmente no setor de serviços (IBGE). O clima ameno é característico da região e foi o que atraiu seus moradores mais ilustres: a família imperial. D. Pedro I adquiriu as terras as quais compõem hoje



a cidade, entretanto não chegou a viver efetivamente nela. Seu filho, D. Pedro II fez da cidade sua residência de veraneio, levando toda a sua família para a localidade quando desejavam se distanciar das atribuições da capital.

A cidade foi planejada pelo arquiteto alemão naturalizado brasileiro, Júlio Frederico Koeler, através do Plano Koeler, a pedido do Imperador D. Pedro II. A cidade foi desenvolvida a partir de padrões europeus e pensando na qualidade de vida dos seus moradores, impedindo assim construções muito próximas aos rios. Os morros também deveriam ser preservados, portanto, nenhuma construção era permitida neles e, exigia também que as construções tivessem um recuo de onze metros da frente da rua, garantindo um valor estético significativo à cidade, que a população petropolitana fez questão de exigir sua preservação na década de 1960.

Os aspectos estéticos e históricos petropolitanos eram reconhecidos pelos moradores locais e quando estes perceberam que alguns bens culturais da cidade corriam risco de destruição, começaram a se unir para exigir o tombamento e proteção da cidade. A primeira ação nesse sentido ocorreu em 1962 quando o Instituto Histórico de Petrópolis solicita o tombamento do Colégio São José, que se encontrava em um estado extremamente precário. A partir daí começou o processo de tombamento de diversos elementos da cidade, e em 1964, instituiu-se o Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler como patrimônio, garantindo assim que a estética geral da região fosse preservada, além de tomar algumas construções específicas, onde foi percebido maior valor histórico, arquitetônico e estético.

O presente artigo apresenta então algumas discussões sobre o patrimônio, especificamente o material, na figura do hotel histórico Solar do Império, em Petrópolis. A pesquisa aqui apresentada analisa o processo de tombamento de uma região específica do município, a Avenida Koeler, no centro histórico de Petrópolis, nomeada em homenagem ao arquiteto idealizador da cidade, onde se encontra o hotel citado. A partir de revisão da bibliografia e de análise do processo de tombamento da região, 662-T-62, tentaremos entender as decisões referentes aos tombamentos na cidade, buscando responder o que, como e por que preservar no contexto petropolitano. Iniciaremos apresentando algumas ideias e discussões mais gerais sobre o patrimônio para posteriormente abordar o caso de Petrópolis e entender os tombamentos locais e analisar, mesmo que superficialmente, como o hotel Solar do Império se insere nesse contexto patrimonial.



DISCUSSÕES GERAIS SOBRE O PATRIMÔNIO

Vários são os autores e obras que discorrem sobre o patrimônio, em suas mais variadas formas. Aqueles que mais se relacionam ao que está sendo abordado neste artigo são os que focam mais em questões relacionadas ao patrimônio material. No entanto, de forma geral, todas as discussões, ligadas tanto a aspectos materiais quanto imateriais do patrimônio auxiliam a pensar em sua importância, na necessidade de sua resignificação e, primordialmente, no que se considera o patrimônio e o que pode ser feito para sua sobrevivência.

Atualmente não se costuma atribuir valor a um edifício tombado que não possui nenhuma relevância prática, e as pessoas questionam o engessamento da cidade através do tombamento de inúmeros prédios, limitando o desenvolvimento local. Conferir novas funções a esses edifícios faria com que a cidade não fosse tão limitada, apesar de inevitavelmente haver certo engessamento. É importante entender o processo de tombamento e patrimonialização de uma localidade, pois assim é possível questionar porque determinados bens culturais foram valorizados em detrimento de outros. Outra questão inserida no processo de tombamento e que é de vital importância para a sobrevivência do patrimônio é a educação patrimonial. Percebemos que pouco adianta um bem ser tombado se não houver um processo de educação da população sobre esse patrimônio, fazendo com que mais e mais pessoas entendam sua importância para a sociedade em geral. Esse tipo de atitude fará o patrimônio se perpetuar através dos anos, e não necessariamente o tombamento, pois a política patrimonial brasileira parece ser, na prática, tomar para logo depois, esquecer.

Se pensarmos no caso de um hotel histórico como o Solar do Império, por exemplo, é preciso que ele esteja integrado a cultura de tal forma que a população sinta a identidade de sua cidade representada naquele empreendimento. Isso porque é necessário o entendimento de que aquele não é um meio de hospedagem comum, pois ele tem um valor histórico, artístico e simbólico que o difere dos outros. Se isso não acontecer, a probabilidade do prédio ser completamente descaracterizado com empreendimentos que não respeitam essas características únicas aumenta consideravelmente. Principalmente por ser complexo reformar um prédio histórico, preservando suas características e mesmo assim adaptá-lo para receber hóspedes; os custos são elevados tanto para a reforma de adaptação, quanto para a manutenção e preservação do prédio depois que a adaptação já está concluída. Só se faz esse tipo de adaptação por se valorizar o patrimônio, pois financeiramente é mais vantajoso construir um hotel moderno,



onde não se precisa de nenhum custo maior para conseguir determinados materiais que são imprescindíveis na manutenção de um edifício histórico.

Outra discussão que era frequente e que perpassa todas as pesquisas ligadas ao patrimônio é a questão da construção de uma narrativa, que faz com que determinados aspectos da cultura sejam valorizados em prejuízo de outros. A narrativa nacional, que molda a identidade, é construída então com alguns elementos são escolhidos por serem capazes de melhor ilustrar e tangibilizar essa narrativa. No caso de Petrópolis, por exemplo, vista como a Cidade Imperial, tem todo seu patrimônio reforçando essa identidade de tal forma que fica até difícil discernir narrativas diferentes da oficial. O nome do hotel, Solar do Império, deixa claro a sua posição em relação à identidade da cidade: ele segue a narrativa oficial, reforçando a identidade criada por ela. Mas, normalmente, a narrativa oficial conta apenas um pedaço da história, apropria-se de algumas memórias, consideradas mais interessantes para a construção na narrativa da cidade, segundo as autoridades ligadas ao patrimônio. Em casos como Petrópolis, a identidade criada é tão forte, que pouco ou nada se fala de outras possíveis memórias da cidade. Essa unidade na identidade local é positiva se pensarmos no ponto de vista do turismo, por exemplo, uma vez que mostra o hotel integrado a ela e, além disso, o turismo se beneficia dessa identidade, mas não a agride, principalmente por ser algo tão consolidado e majoritariamente aceito.

CONSTRUINDO A CIDADE IMPERIAL

Gonçalves (2003) em sua obra “Retórica da perda” discutia as diferentes políticas patrimoniais presentes no Brasil da década de 1930 até 1980, mostrando que a resposta à pergunta “o que preservar?” não é necessariamente simples. Existem interesses conflitantes os quais fazem com que em determinado momento se valorize mais determinado aspecto cultural em detrimento de outros. No começo das políticas patrimoniais brasileiras, na década de 30, priorizou-se o patrimônio de “pedra e cal”, pelo estado em que se encontravam algumas construções históricas na época e por se entender como patrimônio elementos ligados a cultura europeia. Entretanto, atualmente a prioridade nas políticas patrimoniais tem sido aspectos imateriais da cultura, pois é recente a implantação da noção de que estes também podem ser considerados patrimônio (políticas oficiais referentes a patrimônio imaterial datam dos anos 2000, entretanto questões sobre a imaterialidade do patrimônio existem desde do projeto de criação do IPHAN desenvolvido por Mário de Andrade, na década de 1930).



Inevitável privilegiar alguns aspectos culturais em prejuízo de outros quando a mentalidade é desenvolver uma resposta simples a “do que é feito o Brasil?”. Uma análise rápida e superficial provavelmente irá se pautar na ideia de que o Brasil é único e por isso possui um tipo específico de patrimônio o representaria, ainda mais se levarmos em consideração a valor dado aquilo que vem de fora em comparação com o nacional/popular. Entretanto, sabemos que país nenhum é único, e o Brasil talvez seja um dos mais plurais. Nosso país é composto de inúmeras culturas, e sua complexidade é tanta que não é possível definir o que é mais caracteristicamente brasileiro e isso não é necessariamente importante, pois ser brasileiro e ser Brasil, é uma questão que vai além de um patrimônio específico, é o conjunto de culturas e patrimônios. Ou seja, nunca haverá um único aspecto cultural que represente um país em sua totalidade, e a busca por esse tipo de patrimônio sempre se mostrará infrutífera, então, assim como a cultura brasileira, as políticas de patrimoniais também precisam ser plurais. Mas isso não quer dizer que tudo deve ser patrimonializado; é preciso que se preservem diferentes aspectos da cultura, mas não devemos entender políticas plurais de patrimonialização como patrimonialização excessiva.

Desde 2001, quando foi institucionalizado o patrimônio imaterial, a prioridade tem sido registrar esse tipo de bem cultural, já que antes eles estavam esquecidos. No entanto, ao invés de equilibrar a balança, patrimonializando tanto bens materiais quanto imateriais, a impressão que temos é que atualmente só se preocupa com o patrimônio imaterial. Muitos bens materiais ficam no esquecimento, mesmo aqueles já tombados, muitas vezes não são preservados, pois os esforços estão concentrados em outras áreas (não necessariamente ligadas ao patrimônio). A expansão da categoria de patrimônio, agregando aspectos imateriais da cultura, reforçou a necessidade de analisar o “como preservar?”.

Discute-se a validade de interferência no processo natural de envelhecimento e deterioração de uma construção; a necessidade do tombamento; o engessamento da cidade, e da cultura devido ao processo de tombamento e registro do patrimônio (material e imaterial). Focando no patrimônio material, Françoise Choay (2001; 2011) e Maria Cecília Londres Fonseca (2009) mostraram em seus textos dois dos principais e primeiros pensadores do tema: John Ruskin e Viollet-le-Duc. Enquanto o primeiro defendia a proteção do patrimônio sem, entretanto, haver restauração, o segundo preferia restauração e entendia que poderia até mesmo modificar o monumento de acordo com a interpretação do restaurador. Quem “resolveu” a questão foi Camillo Boito, quando colocou que as modificações podem ser feitas, mas que



devem ser diferentes do original de tal forma que a mudança seja percebida como tal. Para Choay (2001), Viollet-le-Duc queria devolver o valor de documento íntegro em detrimento da historicidade e do caráter de monumento, enquanto Ruskin priorizava o valor histórico e o monumento em si, que se perderia ao ser feito restaurações. Desde esse período as questões de preservação e intervenção no patrimônio cultural evoluíram significativamente. A partir do meio termo encontrado por Boito, surgiram outras correntes de restauro, como o restauro crítico, que entende o monumento como documento, analisa cada caso individualmente para decidir qual é a melhor opção para o bem patrimonializado e principalmente, entende que é necessário conservar as construções, sendo as intervenções de restauro última opção. As políticas patrimoniais brasileiras seguem a corrente mundial de Restauro Crítico, apesar de muitas vezes parecer não ser adequada da prática de conservação de seus bens culturais, elemento essencial nas políticas patrimoniais ao redor do mundo.

Tem sido mais frequente na verdade, não apenas a restauração, mas a reinserção do patrimônio na vida cotidiana local. Tem-se buscado evitar que prédios fiquem abandonados, transformando-os em centros de cultura em geral, e mais recentemente, meios de hospedagem. Temos a carta do restauro de 1972 onde se coloca:

Sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, vem-se considerando detidamente a possibilidade de novas utilizações para edifícios monumentais antigos, quando não resultarem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos. (Carta do Restauro, 1972, p. 8).

A recomendação geral para as políticas patrimoniais é que se faça o possível para garantir a sobrevivência dos monumentos. Então se evita deixar o patrimônio completamente abandonado. É claro que ainda existem construções patrimonializadas que estão abandonadas e jogadas a ação do tempo e do homem (não é como desejaria Ruskin, pois ele não permitiria que se depredasse o patrimônio, como acontece com essas construções no Brasil), mas isso não é uma política patrimonial, é apenas o sintoma do descaso das autoridades (e às vezes da própria comunidade local) em fazer algo pelo patrimônio. Os mecanismos para preservação existem na teoria, mas nem sempre são colocados em prática.

Pensando no caso de Petrópolis, é facilmente notado que o tombamento não é garantia de preservação do bem tombado. Ao analisar o processo de tombamento 662-T-62, referente ao



Conjunto Urbano Paisagístico da Av. Koeler, percebemos que mesmo depois do tombamento havia problemas de manutenção/preservação dos prédios. Em uma carta, a qual integra no volume 01 do processo, a Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica (APPANDE) informa ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de construções que haviam sido tombadas (individualmente e como integrante do conjunto urbano paisagístico) estavam sendo demolidas, ou a prefeitura havia permitido que se começasse o processo de demolição. Na carta, a representante da associação diz “esse prefeito reina, mas não governa” e deixa bem claro que o poder está na verdade na mão de um dos chefes de gabinete do prefeito, sócio majoritário de uma imobiliária. A APPANDE temia pela descaracterização da cidade e pedia pela interferência do SPHAN, já que o tombamento sozinho não havia sido o suficiente. Fonseca (2009) comenta

A proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, de outros fatores além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico etc., devidamente protegidos em sua feição material. (p. 43)

De pouco adianta tombar se não houver uma fiscalização para garantir a sobrevivência do bem tombado. Outra coisa importante é a reinserção do patrimônio na vida da cidade, não dando margem para a ação destrutiva daqueles que não se importam com o valor histórico de uma construção. Gonçalves (2005) afirma “um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público” (p. 19). Se houvesse esse tipo de iniciativa, seria mais fácil garantir a sobrevivência do patrimônio, pois a própria população se sensibilizaria e lutaria para evitar ações prejudiciais a esses bens.

A última questão, dentre as mais frequentes quando se fala sobre o patrimônio é “por que preservar?”. Por que preservar determinado bem cultural? Por que há necessidade de tombamento? Todas essas perguntas precisam ser feitas e possuem as mais diversas respostas. Maria Cecília Londres Fonseca (2009) coloca que o tombamento e políticas patrimoniais de preservação existem para garantir o direito à cultura (considerada pela autora como valores que indicam a identidade nacional). Se analisarmos os discursos de Rodrigo de Melo Franco



Andrade e Aloísio Magalhães, como fez Gonçalves (2003), vemos que se preserva, pois existe o risco de perda. Patrimonializa-se aquilo que corre o risco de desaparecer e é considerado de grande valor histórico, artístico, cultural, etc. Pode acontecer de um bem cultural ser patrimonializado antes de estar ameaçado de desaparecimento, mas normalmente não é esse o caso.

Voltando ao caso do conjunto urbano paisagístico da Av. Koeler, a iniciativa de procurar o IPHAN para que a área fosse tombada, surgiu devido ao receio de que algumas construções fossem destruídas (ação do tempo e do homem). O primeiro documento que compõe o processo 662-T-62 é uma carta do Instituto Histórico de Petrópolis de 1º de março de 1962, endereçada ao SPHAN, pedindo o tombamento do solar do Colégio São José, que havia sido adquirido por alguém que, segundo corria na cidade, tinha interesse em demolir a construção para construir um conjunto de blocos de apartamentos, como já havia acontecido recentemente na cidade. O Instituto solicitava ao SPHAN que impedisse mais um “ato atentatório a estética petropolitana” e afirmava que a Avenida Koeler, majoritariamente residencial, continha solares e palacetes de alto valor histórico e estético e que se fazia necessário uma providência para garantir que tais locais se mantivessem protegidos de negociantes e imobiliárias. A própria prefeitura de Petrópolis se manifestou contra o tombamento solicitado, enviando ao SPHAN uma carta afirmando não haver risco real de destruição dos valores históricos e estéticos da localidade por existir leis municipais que impediriam a construção de prédios com mais de três pavimentos ou que não respeitassem determinados valores em relação ao recuo (esse recuo exigia uma distância de quatro metros da rua e garantia que todas as casas da avenida tivessem um extenso jardim, melhorando a estética local). Depois de inúmeros debates, o SPHAN decidiu que a única maneira de garantir de fato que a história e a estética da Avenida Koeler fossem preservadas seria patrimonializando a região.

O receio de que algo se perderia fez com que o Instituto Histórico de Petrópolis procurasse auxílio do SPHAN. Entretanto a prefeitura local não entendeu que havia risco de perda de fato, ou se viu, não o considerou como problema da forma vista pelo Instituto. No decorrer do processo notamos que esse receio não diminuiu com o passar dos anos, quando foi solicitada a expansão da área tombada, pois inevitavelmente surgia o interesse de alguma imobiliária de adquirir determinado terreno para a construção de edifícios. Tal temor levou a criação pela deputada Lygia L. Bastos o projeto de lei nº 274/1979, que elevaria Petrópolis a



monumento nacional. O SPHAN criou uma comissão, que foi a cidade e analisou a situação local e deu seu parecer sobre as questões patrimoniais petropolitanas. No relatório de atividades sugere-se, entre outras coisas, a troca do termo “monumento nacional” para “cidade imperial”, pois de acordo com a junta, este era mais adequado a dinamicidade do município. O projeto de lei foi rejeitado em 24/03/1981, no entanto, a partir das discussões iniciadas por ele, Petrópolis passou a ser considerada oficialmente “Cidade Imperial”. Notamos com isso que, na cidade, por mais que se valorizasse o passado histórico local, não se queria ser engessado por ele, o que aconteceria se o município fosse de fato considerado “Monumento Nacional”. Entendeu-se na localidade que aquilo de indispensável preservação era sua identidade, ligada ao seu passado histórico e a família imperial, que era necessário preservar elementos signos dessa identidade, mas não era imperativo que toda a cidade fosse tombada para que a identidade, memória e história locais fossem respeitadas e preservadas.

A iniciativa de Petrópolis de abraçar sua identidade como “Cidade Imperial”, mas não aceitar a de “Monumento Nacional” vai contra a ideia de algumas autoridades que acabam preservando se não a cidade toda, inúmeros aspectos da mesma. Em alguns casos, chega-se ao limite que Hartog (2006) comenta onde tudo é patrimônio e que já é necessário restringir esse excesso de patrimonialização:

No decorrer destes anos, a vaga patrimonial, em sintonia com a da memória, portanto, tomou cada vez mais amplitude até tender para este limite que seria o “tudo patrimônio”. Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se.

A mesma inflação parece reinar. A patrimonialização ou a musealização se aproximando sempre mais do presente, foi preciso estipular, por exemplo, “que nenhuma obra de arquiteto vivo seria legalmente considerada como monumento histórico”. Isto é um indício muito claro deste presente que se historiciza, já evocado. (p. 268)

E, por isso, talvez tenha sido uma decisão acertada por parte das autoridades da época não monumentalizar a cidade como um todo. Principalmente quando vemos a situação que estão determinadas cidades que foram completamente tombadas, onde alguns moradores se colocam contra o tombamento, por ele impedir a construção novos empreendimentos, além de dificultar a realização de obras na localidade, já que estas precisam ser aprovadas e supervisionadas pelo IPHAN e costumam demandar mais verba por exigir atenção, materiais e trabalho de profissionais especializados em construções históricas.



E o caso de Petrópolis, e a construção de sua identidade como “Cidade Imperial” só foi bem sucedido, pois não foi algo completamente inventado, e a comunidade local já se via pertencente de uma cidade com este passado histórico e a valorizava por isso. Mesmo assim houve um trabalho das autoridades do patrimônio para que a identidade, a memória e a história local fossem representadas e reforçadas pelos bens culturais patrimonializados. Gonçalves (2005) coloca:

Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço no sentido do auto-aperfeiçoamento individual e coletivo (p. 28).

A reforma das construções que hoje abrigam o hotel Solar do Império em Petrópolis pode ser entendida como parte desse aperfeiçoamento coletivo comentado por Gonçalves. A escolha de fazer desses casarões, um hotel, ao invés de construir em outra localidade da cidade que não estivesse tombada, mostra o interesse da cidade em se desenvolver respeitando a sua identidade como “Cidade Imperial”. O hotel acaba reforçando a identidade local e fazendo com que essas construções não caiam no esquecimento, garantindo assim a preservação de aspectos tangíveis e intangíveis da identidade e memória local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo apresentar como se deu o processo de tombamento da Avenida Koeler em Petrópolis, que iniciou o processo de tombamento de inúmeras outras regiões da cidade serrana. Como motivador da pesquisa tivemos a figura do Hotel Solar do Império, integrado ao Conjunto Urbano Paisagístico da Av. Koeler, tombado pelo SPHAN como descrito no processo 662-T-62, pois a maneira que foi transformado em meio de hospedagem nos faz considerar se o patrimônio deve ser resignificado e refuncionalizado. Esperamos aqui ter ampliado o entendimento de como transcorreu o processo de tombamento da cidade e, posteriormente, iniciado a discussão em relação a refuncionalização de um prédio histórico como um meio de hospedagem, se é de fato positivo e se respeita a identidade e memória da construção e da localidade onde está inserida.

Pelo o que foi observado no Solar do Império ainda é temerário afirmar que a refuncionalização respeitou de fato a memória e identidade da cidade. Ele está de acordo com a



narrativa de Cidade Imperial, entretanto pouco é feito para integrar esse patrimônio à vida da comunidade. Existem limitações por se tratar de um hotel, possuidor de áreas privadas, onde a visita se torna impossível, entretanto, há iniciativas semelhantes, como Pestana Convento do Carmo, hotel histórico localizado em Salvador (BA), onde são promovidas visitas guiadas por toda a área pública do hotel, contando sobre a importância e história deste bem arquitetônico refuncionalizado. Esse tipo de proposta pode ser transferido e adaptado a realidade do Solar do Império, mas ainda não parece haver tal interesse. Ainda é preciso considerar que memória imperial não é a única na cidade, só é a mais divulgada e reconhecida. Então o Solar do Império tem maior potencial de representar esta memória, em relação às outras, referentes a imigrantes e colonos que habitavam a cidade.

Outro ponto que se faz necessário destacar é a necessidade de avaliar cada caso individualmente. Um meio de hospedagem pode ser considerado uso compatível ao patrimônio a partir do momento que se analisa tanto a construção quanto o contexto urbano que está inserido. Cidades que mal suportam os seus habitantes são necessitam de mais turistas e, portanto infraestruturas ligadas ao turismo não são tão necessárias quanto hospitais e escolas por exemplo. No entanto, se a cidade está verdadeiramente apta a receber visitantes e é capaz de arcar com as consequências de maior fluxo de pessoas em seu território, então instalações para bem receber essas pessoas são imprescindíveis. Nesse caso, o chamado hotel histórico é considerado por nós bem-vindo, pois é capaz de ser feito respeitando os aspectos históricos, culturais e arquitetônicos da construção, além de ter a vantagem de gerar mais capital, facilitando a manutenção e conservação do patrimônio e possibilitar maior controle do fluxo de pessoas, causando menos impactos negativos ao bem tombado.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. Introdução. In: _____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A construção do patrimônio: perspectiva histórica. In: _____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.51-78.



FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: _____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.33-50.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ministério da Cultura – IPHAN, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: MACIEL, Maria Eunice; ALVES, Caleb Faria (orgs). *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n 23, jan/jun de 2005. p. 15-36.

HARTOG. François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol 22, n 36, p 261-273. Jul/Dez 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Petrópolis: Histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330390&search=rio-de-janeiro|petropolis|infograficos:-historico>> Acesso em 28 set. 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta do Restauro. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>> Acesso em 9 maio 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de tombamento 662-T-62: Conjunto urbano paisagístico da Av. Koeler. Arquivo Central do IPHAN. 1964.

MEDEIROS, Josemir. Júlio Frederico Koeler: o major que inventou Petrópolis. Disponível em: <<http://www.petronline.com.br/materias.php?cod=54&mat=1&mes=03&ano=199>> Acesso em 28 set. 2013.

SOLAR do Império. Disponível em <<http://www.solardoimperio.com.br/solar-do-imperio>> Acesso em 14 jul. 2013.